

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 48, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre a Normativa dos Programas de Assistência Estudantil para estudantes dos Cursos de Graduação presencial da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 22 de setembro de 2021, via *web* conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Normativa dos Programas de Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, conforme anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Revogar a Resolução Consuni nº 28/2018, de 29/08/2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.000542/2021-82.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**NORMATIVA DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS
(AS) ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DA
UFT.**

Anexo único da Resolução nº 48/2021 - Consuni
Aprovada pelo Conselho Universitário em 22 de setembro de 2021.

Palmas/TO,
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 48/2021 – CONSUNI

NORMATIVA DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS (AS) ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DA UFT.

CAPÍTULO I

Da Finalidade, dos Programas e da Vinculação

Art. 1º Os Programas de Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) visam atender estudantes de cursos de graduação presencial, da UFT, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, propiciando condições para a permanência e conclusão do curso, diminuição das desigualdades sociais e redução dos índices de retenção e evasão decorrentes de insuficiência de condições financeiras.

§ 1º Os Programas da Política de Assistência Estudantil da Proest não se aplicam à:

- I - estudante especial de graduação;
- II - estudante de graduação do Programa de Formação de Professores (Parfor);
- III - estudante de graduação de intercâmbio internacional; e
- IV - estudante de graduação em mobilidade acadêmica na UFT.

§ 2º Estudantes do Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), poderão participar, desde que comprovem vulnerabilidade socioeconômica, ressalvada regulamentação em contrário.

Art. 2º Os Programas de Assistência Estudantil da Proest que concedem auxílios e subsídios financeiros constituem-se de:

§ 1º **Programa Auxílio Alimentação (PAA)** - atende as necessidades de alimentação básica dos (as) estudantes, mediante:

- I - Fornecimento de refeições no Restaurante Universitário (RU):

a) Para a concessão de subsídio ou isenção do valor das refeições é obrigatório ter análise socioeconômica deferida no Cadastro Único de Bolsa e Auxílio (Cubo);

b) A regulamentação do uso do RU e da seleção para ter subsídio ou isenção será estabelecida por meio de Regimento de Funcionamento do RU, aprovado pelo Consuni.

II - Concessão de auxílio financeiro nos câmpus que não dispõem de RU.

§ 2º Programa de Moradia Estudantil (PME) - busca oferecer condições adequadas de moradia aos (às) estudantes, mediante:

I - oferta de vagas em Casas do Estudante da UFT em conformidade com a Resolução Consuni nº 37, de 06 de Dezembro de 2017;

II - concessão de auxílio moradia:

a) Nos câmpus que dispõem de Casa do Estudante, a concessão do auxílio moradia somente poderá ocorrer caso não haja vagas disponíveis na casa.

§ 3º Programa Auxílio Apoio Pedagógico (PAAP) - consiste na oferta de auxílio financeiro para possibilitar a permanência dos (as) estudantes.

§ 4º Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos (PAPE) - oferece auxílio financeiro aos (às) estudantes para custear despesas referentes à participação em eventos de cunho técnico, científico, cultural ou político acadêmico.

§ 5º Programa Auxílio Saúde (Psaúde) - disponibiliza auxílio financeiro para tratamento em saúde mental dos (as) estudantes, mediante avaliação psicológica.

Art. 3º Os Programas de Assistência Estudantil regulamentados nesta Resolução ficam vinculados à Proest, que terá competência para coordenar e acompanhar o cumprimento das normas estabelecidas.

CAPÍTULO II

Das Ações de execução dos Programas

Art. 4º Para possibilitar a permanência do (a) estudante na UFT, os Programas de Assistência Estudantil adotam as seguintes ações:

I - Identificação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

II - Acolhimento e integração de estudantes ingressantes;

III - Concessão de auxílio financeiro;

IV - Concessão de refeições no RU;

V - Acompanhamento acadêmico.

Da Análise Socioeconômica

Art. 5º Para participar dos Programas de Assistência Estudantil, previstos no art. 2º, o (a) estudante deverá comprovar a vulnerabilidade socioeconômica por meio da análise socioeconômica.

Art. 6º A Análise Socioeconômica tem por objetivo identificar e classificar as situações de vulnerabilidade socioeconômica dos (as) estudantes regularmente matriculados (as) nos cursos de graduação presencial da UFT.

Art. 7º A análise socioeconômica é realizada por Assistentes Sociais atuantes nos Setores de Assistência Estudantil da UFT, fundamentada em critérios definidos em Edital específico.

Art. 8º A análise socioeconômica permite gerar o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS), que é utilizado para classificar o (a) estudante em cinco níveis:

- I - IVS I - estudante com vulnerabilidade socioeconômica extrema;
- II - IVS II - estudante com vulnerabilidade socioeconômica alta;
- III - IVS III - estudante com vulnerabilidade socioeconômica moderada;
- IV - IVS IV - estudante com vulnerabilidade socioeconômica baixa;
- V - IVS V - estudante com vulnerabilidade socioeconômica muito baixa;
- VI - IVS VI – estudante sem vulnerabilidade socioeconômica.

Da Participação nos Programas

Art. 9º O acesso aos Programas de Assistência Estudantil dar-se-á por meio de Editais específicos.

Art. 10. Para ser participante dos Programas de Assistência Estudantil o (a) estudante deverá atender aos seguintes critérios, sem prejuízo de demais requisitos definidos em Edital específico:

- I - Ter análise socioeconômica deferida no Programa de Indicadores Sociais (Piso);
- II - Ser estudante de curso de graduação presencial e estar regularmente matriculado no semestre e em disciplinas do curso de ingresso:
 - a) Estudante cursando a segunda graduação pode participar dos programas, desde que dada prioridade no atendimento ao (à) estudante de primeira graduação.
- III - Ter matrícula semestral em carga horária mínima conforme definida no Edital do Programa:
 - a) Exceto no caso de situação de exercício domiciliar;

b) Para cômputo da carga horária mínima, não será considerada a carga horária das disciplinas nas quais o estudante já tenha integralizado a carga horária exigida no eixo do currículo.

IV - Não ultrapassar 2 (dois) semestres do tempo de duração do Curso cadastrado no e-MEC:

a) Para definição do tempo limite de permanência do (a) estudante nos Programas de Assistência Estudantil, será considerada a duração do Curso cadastrada no e-MEC em que o estudante estiver vinculado, sendo calculado o tempo a partir da data da primeira matrícula na UFT.

Art. 11. A quantidade de vagas, o valor e a vigência dos auxílios serão estabelecidos nos Editais dos respectivos programas.

Art. 12. A classificação dos (as) estudantes nos processos seletivos para participação nos Programas de Assistência Estudantil será de acordo com o IVS, tendo prioridade os (as) estudantes com IVS I a II.

Art. 13. A seleção para ocupação de vagas na Casa do Estudante da UFT será feita por Edital específico, seguindo a Resolução Consuni nº 37, de 06 de Dezembro de 2017.

Do Acúmulo de Auxílios

Art. 14. A concessão de auxílios financeiros será feita dando prioridade para estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica.

a) O acúmulo de auxílios de assistência estudantil no PNAES não poderá exceder o limite de 1,5 salários mínimo (um e meio salário mínimo) vigente;

b) Auxílio financeiro eventual não é considerado no cômputo do acúmulo de auxílios financeiros;

c) Estudante atendido (a) em outros programas de assistência estudantil poderá acumular a bolsa e/ou auxílio com os auxílios do PNAES, respeitada a prioridade de atendimento definida no edital.

Parágrafo único. É vedado o acúmulo de auxílios e bolsas de assistência estudantil que tenham a mesma finalidade.

Do Acompanhamento Acadêmico

Art. 15. O acompanhamento acadêmico é um conjunto de procedimentos que objetiva contribuir na permanência e melhoria do rendimento acadêmico do (a) estudante.

a) O (A) estudante será acompanhado no tocante à: renovação de matrícula, carga

horária matriculada, frequência nas disciplinas matriculadas no semestre, trancamento parcial, trancamento total, evasão do curso, integralização curricular e desempenho acadêmico semestral;

b) A verificação da situação acadêmica ocorrerá no ingresso do (a) estudante nos Programas de Assistência Estudantil e ao término do semestre para verificar o desempenho acadêmico.

Art. 16. Estudante identificado com risco de retenção ou com retenção será notificado por Edital publicado pela Proest.

Art. 17. A Proest encaminhará a lista dos (as) estudantes notificados para a Direção de Câmpus, Coordenação de Curso e Setor de Assistência Estudantil.

Da Suspensão de Auxílio Financeiro

Art. 18. O pagamento de auxílio financeiro ao (à) estudante será suspenso quando:

I - apresentar dados bancários com irregularidades (conta inativa, conta encerrada e dados incompletos);

II - em razão de pendência na prestação de contas.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio poderá ser retornado assim que regularizada a situação, fazendo jus aos valores retroativos, exceto para a situação prevista no inciso II.

Do Cancelamento de Auxílio Financeiro

Art. 19. O (a) estudante terá seu auxílio cancelado:

I - por constatação de inveracidade das informações prestadas pelo beneficiário;

II - por cessar a condição de vulnerabilidade socioeconômica;

III - a pedido do estudante;

IV - por realizar mobilidade acadêmica ou intercâmbio durante a vigência do programa na qual é beneficiário;

V - por integralizar o Curso de Graduação;

VI - por evasão ou perda de vínculo com a UFT;

VII - por não renovar matrícula semestralmente em disciplinas do curso de ingresso e em carga horária mínima exigida em edital;

VIII - por realizar mudança do curso de ingresso;

IX - por ultrapassar 2 (dois) semestres do tempo de duração do Curso cadastrado no e-MEC;

X - por realizar trancamento total;

XI - por realizar trancamento parcial que implique em redução da carga horária inferior à mínima prevista no edital do programa;

XII - por reprovação em todas as disciplinas no semestre;

XIII - por aprovação em carga horária inferior a 50% das disciplinas matriculadas no semestre;

XIV - por constatação de acúmulo indevido de auxílios.

Parágrafo único. O setor da Proest responsável pelo acompanhamento acadêmico poderá emitir parecer referente aos casos de reprovação e aprovação em carga horária inferior a 50% das disciplinas matriculadas.

Art. 20. O procedimento de cancelamento de auxílio deverá ser precedido de notificação ao (à) estudante, garantindo o direito à ampla defesa.

CAPÍTULO III

Da Avaliação dos Programas de Assistência Estudantil

Art. 21. Os Programas de Assistência Estudantil serão avaliados anualmente, garantida a participação de todos os agentes envolvidos no processo, conforme previsto na Resolução Consuni nº 26/2017.

Art. 22. Os dispositivos e a metodologia para realizar a avaliação serão organizados pela Proest.

Art. 23. A Proest irá gerar e divulgar semestralmente os indicadores de avaliação e metas da Política de Assistência Estudantil.

Das Disposições Gerais

Art. 24. A execução financeira dos Programas de Assistência Estudantil fica condicionada à disponibilidade orçamentária da UFT, prevista no Plano de Desenvolvimento Orçamentário (PDO) da Proest e à transferência de recursos financeiros por parte do Governo Federal.

Art. 25. A Proest poderá propor a implementação, criação ou extinção de Programas de Assistência Estudantil em conformidade com a Política de Assistência Estudantil da UFT e do PNAES.

§ 1º A execução de Programas de Assistência Estudantil no âmbito do PNAES ocorrerá de acordo com as necessidades identificadas, prioridade de atendimento, finalidade,

objetivo e áreas de atuação definidos no Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010.

Art. 26. Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Proest e/ou instância superior competente.

Palmas/TO, 22 de setembro de 2021.